

---

ALEXANDRE ALVES COSTA

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e

Departamento de Arquitectura da FCTUC

Comentário à sessão

## «Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais»

---

149

**N**ÃO me parece que o espaço público possa ser tratado independentemente de uma discussão mais ampla sobre a cidade. A cidade não é só espaço público. Tem espessura vivencial que o ultrapassa.

Nós, arquitectos (ou, pelo menos, alguns...), não queremos, nem vamos aceitar construir cenários que definam espaços públicos para uma vivência urbana exclusiva de utentes exteriores a uma vida própria da cidade.

Isto é muito importante para se saber se queremos usar as cidades como quem vai ao Shopping. A cidade não é isso, é muito mais do que isso.

Aproveito para chamar a atenção para alguns dados importantes.

Barcelona tem uma área urbana mais ou menos aproximada à área urbana de Lisboa, no entanto é interessante que Lisboa tem uma população que é 1/3 da população de Barcelona. Por outro lado, as nossas cidades maiores, Porto e Lisboa, por exemplo, têm à volta de 30% de casas desocupadas, nas suas áreas centrais. Coimbra aumentou consideravelmente, nos últimos anos, o seu parque construído e a população manteve-se estável.

O que quer dizer que a construção foge para o subúrbio ou é, por outras palavras, expulsa da cidade «histórica». Constrói-se de novo, abandona-se a cidade, invade-se território. No interesse dos cidadãos? Sobretudo no interesse das empresas de construção de cuja actividade, em grande parte, dependem as frágeis economias autárquicas.

Isto parece-me ser uma questão muito importante para reflectir.

Um arquitecto, Koolhaas, teoriza sobre a questão da cidade, a que chama «genérica» considerando que a cidade já não deve nem pode ter limites, não terá fronteiras e estender-se á a todo o território.

Ele está a fazer a teoria e a formalizar a cidade da globalização. Quer dizer, há arquitectos que estão a formalizar e, portanto, a utilizar, e isto é que é alarmante, a sedução da forma artística para «vender» a teoria da cidade genérica, que não é mais do que a teoria neo-liberal da cidade, a cidade da globalização capitalista.

Nós temos que começar a ter uma teoria à volta desta questão que nos permita ultrapassar a fatalidade do redesenho da cidade decorrente. Não devemos sentir-nos obrigados a desenhar a cidade da globalização capitalista. A cidade é um problema político central que a esquerda não tem sabido sequer equacionar. E não é difícil vermos as nossas habituais reivindicações, sempre sectoriais e nunca estruturais, em qualquer programa de qualquer partido político, da esquerda à direita.

Apetece-me, para encontrar um discurso positivo, e passe o moralismo, dizer-vos que, para mim, *a architectura deve servir a cidade e não servir-se da cidade*, o que não lhe retira nenhuma subjectividade, quer dizer, não a afasta da criação artística de que nos reivindicamos.

E isto não é, apenas, uma questão de Ética, mas também de sobrevivência. De facto, a architectura contemporânea, não se podendo dar ao luxo do suicídio ou do puro manifesto, demonstrou a sua perenidade como produto vital, lugar onde se reconhece e intensifica a pertença de cada um a um mundo histórico. Quando as grandes artes tradicionais entraram em processo de maravilhosa dissolução e interpenetração, a architectura foi mantendo a sua autonomia pelo *firmitas* e pelo *utilitas* vitruvianos. É dessa ética que nos reivindicamos quando afirmamos que a architectura deve servir a cidade. Mormente o conceito de utilidade pode e deve ser alargado, sobretudo tratando-se da cidade, tornando-o cada

vez mais responsável socialmente, incluindo aí a cultura como um bem social, sendo, por esse lado que entra a história, como instrumento operativo do projecto. Prefiro utilizar a palavra história e não património, porque a história, por definição, é dinâmica, quer dizer, tem passado, presente e futuro, e o património, que é a sua concretização documental, tem estado sujeito a visões institucionais bem estáticas estando muito marcado por essas visões.

Afinal que sinuoso caminho prosseguimos no nosso trabalho para dissipar tantas dúvidas e tantas responsabilidades incómodas e bloqueadoras? Tentemos ser mais objectivos.

A história dos espaços urbanos está apontada, com o necessário rigor científico, e muitas contribuições recentes tem sido dadas em estudos que aprofundam aspectos mais operativos, no sentido de constituírem fundamentos indispensáveis para uma intervenção projectual estruturada na realidade, vinculada a uma história mais rica e complexa do que uma simples e impressionista leitura epidérmica pode fornecer.

Alguma investigação desenvolvida, ou em curso, no âmbito da área disciplinar da arquitectura fornece elementos seguramente novos, seja quanto à compreensão dos processos da gestão municipal que, na diversidade política das suas conformações, se relacionaram com os interesses privados em constante mutação, seja num plano mais formal, na construção, perenidade ou ruptura das tipologias que construíram a cidade. Se acrescentarmos a estes estudos todos os que se têm desenvolvido noutras áreas do conhecimento, da economia à sociologia, da geografia à urbanística, pode dizer-se que a cidade tem já uma base de investigação que não deixa pretextos para intervenções, diríamos, menos cultivadas, como tantas que têm comprometido seriamente a sua integridade essencial, o seu carácter único, a sua imensa riqueza patrimonial.

E não é só de destruição total ou substituição inútil de conjuntos por outros de maior ou menor qualidade, falo também do imenso perigo que, na prática, uma certa ideologia patrimonial fachadista representa. As intervenções ditas de recuperação não têm espessura e raramente se tem procurado explorar a adaptabilidade tipológica a usos próximos dos de origem, o que é, também, uma valorização patrimonial a que a cidade não nos tem habituado.

Temos consciência de que tomar este conhecimento como matéria de projecto é, hoje, um dever cívico, mais, por-

tanto, do que uma obrigação ou necessidade puramente disciplinar, e que, além do mais, ele constitui, para além de um estímulo, um enriquecimento notável de qualquer projecto de intervenção.

A consciência dos nossos limites, de tempo e de cultura, e dos perigos e vantagens que acarreta o pragmatismo, não pode impedir, no entanto, a formulação de desejos de construção de uma cidade melhor.

E, com algum mau senso, poderemos construir cenários plausíveis ou irreais para apoiarmos o desejo e a invenção e influenciar o futuro. Precisamos de encher a paisagem, agraçada por ser cidade. Precisamos de quem goste de cidades, de quem seja portador de uma radical modernidade, visionária, caminho aberto a desejosas utopias, mundos vislumbrados.

É indispensável vencer esta batalha de conformidades várias, desejos pequenos de moradias de quatro frentes, carros enfiados debaixo de chorões constantes. A cidade é o lugar da democracia, plurifuncional, pluricultural, plurirracial, interclassista, o lugar mais vário. A cidade tem que diminuir, encolher, escolher a densidade.

Mas, sendo assim, como entrar no corrigir por aí fora, mesmo planeado, agradando aqui ou ali, agradecendo mais à frente: algum transporte público, algum traçado viário pedonal, algum hiper de rara felicidade e muita conversa sobre tempos livres, cultura, desporto, escolas?

Como se podem desejar teatros, cinemas, bares restaurantes, sex-shops, marisqueiras, antiquários, livrarias ou alfarrabistas abertos toda a noite?

É urgente o debate de algumas das questões que me parece devemos saber e por isso deveremos discutir, para não sermos nem só poetas, nem simplistas, nos nossos programas, e até nas nossas palavras de ordem:

### 1. Estudar e discutir o SAAL.

O SAAL constituiu novidade sem precedentes, mas a sua curta duração, entre Agosto de 74 e Outubro de 76, não permitiu consolidar, nem aprofundar, uma teoria e uma prática em processo de elaboração entre conflitos que, dos gerais aos mais particulares, tiveram um arco de importância que podia ir da guerra civil provável e consequente intervenção militar externa, até ao mais doméstico debate sobre uma tipologia ou material de construção, passando pela crítica urgente aos instrumentos de planeamento ainda em vigor.

Sabemos bem, hoje, que se estava a iniciar um processo e, se o Estado não era mais o mesmo, também não se tinha transformado substancialmente, nem existia um consenso mínimo entre as forças governamentais e extra-governamentais, sobre a estratégia dessa transformação.

O SAAL, enquanto aparelho de Estado, gozou do privilégio do enfraquecimento global deste e conseguiu uma grande autonomia na definição da sua própria competência e da sua metodologia. Tendeu, com a legitimidade revolucionária que lhe foi conferida pela sua aliança e fidelidade ao movimento popular, a assumir a gestão da cidade, transformando as Câmaras em meros executores das suas decisões técnicas e políticas. A reorganização do Estado chamado «de direito», tornará claras estas contradições em termos de conflito dentro de um aparelho no qual o SAAL é corpo estranho a ser expulso ou integrado. Os ataques bombistas foram um aviso da impossibilidade de conciliação.

Como lemos hoje esta experiência? Será que, partindo de um tema tão importante como sectorial, que é o problema da habitação, se chegaria a perceber a complexidade da cidade e se chegaria a desenhá-la, sem redução da sua imensa complexidade e da sua importância como lugar central do ponto de vista não só simbólico mas também e sobretudo vivencial? Passados 25 anos, não teríamos hoje uma ainda maior concentração nas novas centralidades que são os centros comerciais gigantes?

2. Que programa temos hoje para as cidades? Como entendemos a sua vocação? A sua dimensão, e a sua delimitação? Será que a cidade se deve desenvolver como mancha de óleo no território antes rural, sem soluções de continuidade, sem dentro e sem fora? Será que a cidade, pelo contrário, deve diminuir e densificar-se, dentro de estritos limites, desmultiplicando centralidades, com lugar, no território?

3. Como exercer a nossa função crítica permanente em relação às políticas urbanas sem o uso de slogans de saudosismo pré-industrial, como *abaixo o betão, queremos zonas verdes*. Porque, nem o betão é o satanás, nem as zonas verdes cura para todos os males. Como exercer essa função crítica, dizia, sem a construção de um modelo alternativo, sem a menor capacidade de prefigurar um futuro que não seja um regresso aos bons velhos tempos e tendo como pressuposto que amamos a cidade, criação máxima do homem.

4. Como investiríamos nós os 700 milhões que se gastaram na Expo ou a contrapartida dos 30 milhões para o Porto Capital da Cultura, sem a identificação do utente, sem uma metodologia, em síntese, sem elaboração conceptual ou mais simplesmente sem um programa?

5. Qual a nossa proposta para inverter a lógica estrutural da cidade liberal de exclusão e marginalidade dos mais desfavorecidos, para a transformarmos no verdadeiro lugar da diferença? Construir creches e centros desportivos e até culturais no subúrbio? Disseminar ou concentrar equipamentos de cultura e lazer?

6. Qual é o verdadeiro significado do direito à cidade?

7. Será que a luta pelo direito à cidade é diferente da luta anticapitalista? Ou será que, não o sendo, isso não é sinal da sua incapacidade de se programar com radicalidade?

É indispensável discutir estas e outras questões urgentemente. Precisamos de ocasiões como estas para nos darem a teoria da nossa intervenção. ■